

TRAJETÓRIAS POLÍTICAS SUBNACIONAIS: AS BASES LOCAIS DAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS¹

POLITICAL TRAJECTORIES FROM BRAZILIANS' STATES: THE LOCAL BASE OF STATE ASSEMBLIES

Larissa Rodrigues Vacari de Arruda*

Introdução

A compreensão do funcionamento de uma instituição também perpassa o entendimento dos atores que ali atuam. Um Parlamento será adequadamente analisado desde que se considere, além das instituições, também os representantes. É fundamental conhecer os indivíduos que fazem parte, sua trajetória, *background*, características sociais, econômicas, ideológicas. Nesse sentido, “não são apenas as instituições que contam, mas seus operadores também” (Perissinotto, 2019, p. 138).

Estudar os representantes, sua carreira, as rotas e os padrões de acesso aos cargos públicos é fundamental tendo-se a repre-

sentação política como elemento central das democracias modernas. Estudos sobre perfil e recrutamento parlamentar geralmente consideram o nível federal – o Poder Legislativo é sempre associado ao Congresso Nacional – relegando os Legislativos estaduais e municipais ao total esquecimento (Anastasia; Inácio, 2011). A complexidade da política subnacional apresenta lógicas próprias e particulares que deveriam ser melhor compreendidas, sobretudo é fundamental a comparação para se entender adequadamente a política de um país.

Um modo de apreender diferentes padrões foi feito por Schlesinger (1966) em sua pesquisa sobre as carreiras de líderes políticos nos Estados Unidos, ao medir a estrutura de

¹ Esta pesquisa contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2019/21369-9.

* Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Dourados, MS, Brasil. E-mail: larissa.rvarruda@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1469-4336>.

oportunidades políticas nos níveis nacional e estadual. Em cada unidade federada existem diferentes estruturas de oportunidades, instituições e formas de acesso. Para dimensionar as oportunidades em cada estado, Schlesinger (1966) analisou a trajetória², ou seja, o cargo político anterior daqueles que foram governador e senador para traçar as rotas típicas de progressão das carreiras. Uma experiência política frequente foi a de deputado estadual, cujo cargo captura o modo como se organizam os arranjos políticos internos em cada unidade federada. Outros pesquisadores também notaram o potencial de entender o padrão de carreiras através do cargo de deputado estadual. O Legislativo estadual é uma posição intermediária entre o local e o nacional, podendo revelar circulação, pois nesse âmbito pode ocorrer a entrada na política, como também constituir um trampolim para outro cargo ou um ponto de apoio até segunda ordem (Borchert; Stolz, 2011).

Afinal, como alguém se torna um deputado estadual? Qual a trajetória percorrida? Com objetivo de elucidar o percurso até as Assembleias estaduais, estudaram-se 1.152 deputados de sete estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Goiás durante quatro legislaturas (1947-1963).

O período entre 1945-1964, que é reconhecido como a primeira experiência democrática no Brasil, também se caracterizou como momento singular para o Legislativo estadual, quando os estados tinham maior competência legislativa e administra-

tiva. A Constituição de 1946 não limitava a iniciativa parlamentar tão extensivamente, o Executivo e o Legislativo concorriam pelas mesmas competências atribuídas aos estados, o que permitiu casos de ativismo legislativo. Após o golpe de 1964, o governador obteve grande parte da agenda legislativa estadual, o que se manteve na Constituição de 1988. Atualmente, a “esfera legislativa estadual e as prerrogativas de iniciativa legislativa dos parlamentares estaduais” também estão mais próximas ao regime militar do que da Constituição de 1946 (Tomio; Ricci, 2012, p. 183). Por essa razão, a análise circunscreve as legislaturas de 1947 a 1963, possibilitando futuras comparações entre períodos democráticos e melhor entendimento de processos históricos da representação parlamentar e da democratização no Brasil.

Analisar a trajetória até a chegada ao Legislativo estadual pode revelar, em considerável medida, a dinâmica da política estadual, já que mostra suas rotas frequentes e as expectativas sob determinados cargos. Os resultados destacam a relevância do âmbito municipal para as Assembleias Legislativas.

O artigo está organizado em mais quatro partes. A próxima discute a literatura e apresenta as hipóteses de pesquisa; em seguida, as questões sobre a natureza dos dados e a sua obtenção, como também os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na sequência, é apresentada a amostra, assim como os testes das hipóteses e a discussão dos resultados. Por fim, as considerações finais.

2 Serão considerados os cargos de deputado federal, vice-governador, procurador-geral, auditor, tesoureiro, secretário de estado e deputado estadual.

1. A carreira parlamentar no Brasil

De modo geral, os estudos sobre o Legislativo concentram-se no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados. Entre as distintas abordagens, há pesquisas sobre o comportamento parlamentar (Castro; Anastasia; Nunes, 2009), as relações entre Executivo e Legislativo (Nunes, 2009; Santos, 2001; Silame, 2016; Tomio; Ricci, 2012), o sistema partidário (Bohn; Paiva, 2009; Carreirão; Perondi, 2009; Melo, 2015), o perfil parlamentar (Bordignon, 2017; Braga; Nicolás, 2008; Campos; Duarte, 2011; Grill, 2008; Heinz, 2005; Reis; Grill, 2008; Reis, 2014), a conexão eleitoral (Cervi, 2009; Corrêa, 2016; Rocha, 2021; Tomio; Ricci, 2009), as eleições legislativas (Neto, 2022), os estudos de percepção (Fellisbino; Kerbaudy, 2013; Rocha; Costa, 2012), a imagem pública legislativa (Fuks, 2010) e a carreira legislativa (Anastasia; Correa; Nunes, 2012; Arruda, 2021; Santos, 2012). A maioria dessas pesquisas tem a tendência de abordar o período sob a Constituição de 1988 e/ou considerando um único caso, com algumas exceções. Portanto, faltam pesquisas comparando estados mostrando a transformação diacrônica dos perfis parlamentares entre períodos.

Estudos sobre a carreira parlamentar foram empreendidos em vários países, privilegiando o desenvolvimento histórico da composição das elites, as características sociais dos representantes, a profissionalização política, assim como as diferenças regionais em contexto de federalismo, entre outros enfoques. Comparar representantes ao longo dos períodos é importante por duas razões: primeiro – a representação é componente central nas democracias; segundo – as instituições e os processos de representação oferecem um ponto de vista es-

tratégico de grandes transformações, como mudanças socioeconômicas e políticas. Além disso, a análise das transformações do perfil das elites parlamentares pode esclarecer os processos de democratização, já que revelam amplitude ou falta de abertura do sistema político para camadas mais amplas da sociedade e transformações nas instituições governamentais (Cotta; Best, 2007).

A literatura especializada vem destacando a assimetria entre o perfil dos legisladores e o perfil da população em geral. O recrutamento político segue uma tendência de que aqueles que ocupam os postos superiores da hierarquia política pertencem aos altos estratos das camadas sociais (que pode ser aferida pela última profissão antes de exercer cargo político). Então, a “representação parlamentar fornece uma imagem invertida da estrutura social” (Gaxie, 2012, p. 166). As classes superiores (produtores rurais, industriais, empresários, executivos, professores e intelectuais) estariam sobrerrepresentadas enquanto as camadas médias e populares encontram-se sub-representadas nos Parlamentos. Dado que os Parlamentos refletem as estruturas sociais em alguma medida, as características políticas e sociais dos legisladores revelam as assimetrias de distribuição de poder que podem influenciar, por exemplo, a produção legislativa (Semenova; Edinger; Best, 2013).

Abordando o contexto brasileiro, o estudo seminal de Santos (1998) investigou o recrutamento dos deputados federais através da análise dos dados biográficos das legislaturas entre 1946 e 1998. A pesquisa revelou altas taxas de renovações consecutivas nas eleições, sempre maior de 40%. Ao analisar a trajetória até o Parlamento, percebeu-se que a Câmara dos Deputados estava suscetível à entrada de políticos inexperientes, pois aqueles com pouca ex-

periência, de até 4 anos de atividade política, foram cada vez mais ganhando espaço. E os legisladores que nunca exerceram qualquer cargo político mantiveram lugar cativo no Parlamento: o número permaneceu acima de 27% de 1974 a 1994. Mas

durante o período da primeira democracia (1945-1964) houve queda: eram 31,3% em 1946, diminuindo para menos de 20% na maior parte dos anos 1950, até voltar a subir aos 29% (entre 1962 e 1966), conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Último cargo anterior ao ingresso na CD (1946-1966) Deputados 1º mandato

	1946	1950	1954	1958	1962	1966
Sem cargo	31,3	15,3	17,7	22,7	29,3	29,1
Vereador	2,6	6,5	2,3	5,6	2,8	3,8
Prefeito	12,9	7,5	9,9	6,3	7,9	4,9
Administração	36,9	28,4	34,9	31,2	26,9	23,1
Deputado estadual	12,2	38,8	31,9	31,2	30	33

Fonte: Santos, 1998, p. 98.

Por outro lado, aqueles que tiveram experiência começaram principalmente na administração pública. No contexto de democratização de 1945, após os anos de autoritarismo do Estado Novo (1937-1945), em que os postos eletivos estavam fechados e apenas disponíveis os administrativos, faz sentido a preponderância desse cargo. Cumpre destacar que o cargo de deputado estadual, a partir de 1950 até 1986, assume relevância como um dos principais cargos anteriores à entrada na Câmara federal, ultrapassando os sem cargos e os administrativos na maior parte do período. Também é possível notar que existem três rotas diretas ao Legislativo federal: uma que parte da administração, uma da Assembleia e outra dos postos municipais. Durante a democratização, o trajeto que parte do município assumiu a preponderância³.

Baseado nos achados de Santos (1998) sobre a entrada de novatos, também as Assembleias Legislativas estiveram tão abertas aos políticos sem trajetória como a Câmara dos Deputados? A primeira hipótese a ser investigada é a de que os Legislativos estaduais apresentam padrões semelhantes aos da Câmara dos Deputados.

Hipótese 1: a maioria dos deputados estaduais iniciou a carreira política no Legislativo estadual.

Para testar essa hipótese será verificado se os deputados estaduais tiveram algum cargo político anterior, considerando-se os cargos eletivos, nomeados, e experiência em partidos políticos, associações e militância política.

³ Em 1986, 41,1% haviam sido vereadores e prefeitos, 27% exercido cargos administrativos, e 26,7% os cargos de deputados estaduais (Santos, 1998, p. 98).

Outra questão a ser investigada se refere ao âmbito municipal. Conforme os dados apontam, existe uma rota direta dos municípios ao Legislativo federal. Nesse sentido, indagamos sobre as bases locais das Assembleias Legislativas. Além dos achados de Marenco dos Santos, os estudos clássicos ressaltaram a relevância do município para a política brasileira, *locus* do mandonismo, coronelismo, filhotismo⁴ (Carvalho, 1968, 1997; Leal, 2012; Queiroz, 1976). Verificou-se que em outros países, como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, é no âmbito local que o *début* na política ocorre, como também é a base das carreiras políticas (Borchert, 2009; Borchert; Stolz, 2011; Stolz; Linhart, 2022). Portanto, a segunda hipótese investiga essa possibilidade:

Hipótese 2: a carreira política dos deputados estaduais perpassa por cargos municipais.

Diante da pertinência da política local, cabe averiguar se os cargos municipais são a base da carreira dos deputados estaduais. Para investigar essa hipótese, este estudo analisa a natureza da primeira experiência política dos deputados estaduais, classificando-a em quatro categorias principais: municipal, estadual, federal e outras atividades (associativa, partidária, sindical e militância estudantil), quando a esfera de atuação não pôde ser definida.

Complementando esta análise, e visando aprofundar a compreensão do pa-

pel dos municípios na trajetória para a Assembleia Legislativa, foi realizada uma investigação sobre a presença de qualquer experiência prévia em cargos municipais na trajetória dos deputados, independentemente de terem sido, ou não, a sua primeira atividade política.

2. A pesquisa sobre as elites políticas subnacionais

Esta parte visa explicitar os procedimentos metodológicos deste estudo. A princípio, buscou-se incluir ao menos uma unidade federada de cada uma das cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste). Entretanto, as desigualdades econômicas e culturais entre as regiões se impuseram tanto na percepção da importância da publicidade da informação, como na disponibilidade de acesso aos dados. Portanto, a composição da amostra reflete o viés dessas disparidades entre os estados. Foram selecionadas as Assembleias que primeiramente estavam organizadas e tinham os dados, e que também podiam fornecer informações on-line, pois a coleta foi feita durante a pandemia de coronavírus, impossibilitando a viagem para pesquisa de campo. Por essa razão, nenhum estado da região Norte compõe a amostra⁵. A não inclusão das outras unidades, igualmente, resulta da dificuldade de localização de informações sobre os parlamentares nas próprias Assembleias⁶.

4 Uma breve discussão dessa literatura pode ser encontrada em Arruda, Kerbauy (2016).

5 Os estados da região são jovens, apenas o Amazonas e o Pará existiam em 1945. A Assembleia do Pará disponibilizou informações que exigiam a coleta presencial, já a do Amazonas não disponibilizou os dados.

6 Por exemplo, a Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) fornece a partir de 1975, para momentos anteriores seria necessário o levantamento na instituição. A mesma situação de realização de pesquisa presencial era necessária em Pernambuco, Maranhão, Sergipe etc.

Mesmo entre os sete Legislativos selecionados existe uma disparidade no montante de informação oferecido. Infelizmente, nem todos os parlamentos estaduais seguem o bom nível de publicização da Câmara dos Deputados, pelo contrário, cada um tem sua própria organização e forma de disponibilização. A pesquisa necessitava informações sobre os cargos anteriores de cada parlamentar, o que foi fornecido em poucos estados. Todos informaram ao menos o número de mandatos no respectivo Legislativo e o partido da maior parte dos parlamentares⁷.

Nesse cenário, foi preciso apoiar-se em diversas fontes para suprir a falta de informações completas nas Assembleias Legislativas. Em cada estado, diferentes recursos foram acessados, com destaque para as buscas nos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), prefeituras e câmaras municipais. Além disso, entrevistas com familiares dos políticos foram realizadas por telefone e e-mail⁸. O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) do CPDOC-FGV, as informações da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e a hemeroteca digital também foram utilizadas. Uma dificuldade foi a dispersão das informações sobre carreiras

políticas em diversas bases de dados, dicionários, jornais e outras fontes.

Obter dados precisos sobre cargos municipais foi particularmente desafiador, pois a história política nesse âmbito é marcada por imprecisões e contradições nos dados públicos. Várias prefeituras e câmaras municipais não responderam aos pedidos de informação, e outras informaram que não possuem listas de ex-prefeitos e ex-vereadores, especialmente da Primeira República (1889-1930) e da década de 1930. Essa negligência em âmbito municipal foi, em alguns casos, compensada pelo trabalho de pesquisa de historiadores. Os TREs também apresentaram disparidades nas informações eleitorais municipais, com dados faltando para algumas eleições. Assim, a informação municipal foi buscada por vários meios, mas não foi possível obtê-la em todos os casos, representando assim outra limitação desta investigação.

O critério de seleção dos indivíduos de cada legislatura foi do parlamentar ter assumido o mandato efetivamente, ainda que tenham perdido ou renunciado ao cargo posteriormente, caso dos comunistas cassados em 1948. Isso significa que as amostras

7 ALRS (Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul) <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Legislativas/tabid/3543/Default.aspx>

ALESC (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/legislativo/deputado-estadual/legislaturas/114-4a_Legislativa

ALECE (Assembleia Legislativa do Ceará) <https://www3.al.ce.gov.br/phocadownload/deputadosnahistoria.pdf>, ALBA (Assembleia Legislativa da Bahia) <https://www.al.ba.gov.br/deputados/ex-deputados-estaduais/legislatura/1>

ALMG (Assembleia Legislativa de Minas Gerais) https://www.almg.gov.br/deputados/conheca_deputados/?aba=js_tabAnterior&subaba=js_tabsubOldest

ALESP (Assembleia Legislativa de São Paulo) <https://www.al.sp.gov.br/deputado/legislaturas/?nomeDeputado=&idLegislatura=4>

ALEGO (Assembleia Legislativa de Goiás) <https://publicacoes.al.go.leg.br/memorial/#legislaturas>

8 Entrevista com o senhor José Luís Gobbi, filho do deputado Humberto Gobbi, do Rio Grande do Sul. Mauro Silper, filho do deputado Fabio Antônio da Silva Pereira, de Minas Gerais. Lenora Barbo, filha do deputado Manoel Demóstenes Barbo de Siqueira, de Goiás. E com o vereador João Pedro Azevedo, de Carazinho-RS.

contêm mais parlamentares que o previsto nas constitucionais estaduais⁹. Além disso, também compõe a amostra os suplentes mais votados que tomaram posse, um total de 10% do número de eleitos de cada legislatura. Levando em conta que o número de cadeiras aumentou em alguns estados, e que há casos de reeleição, cada indivíduo foi contabilizado apenas uma vez: em Goiás temos um total de 104 parlamentares, no Rio Grande do Sul de 174, em Minas Gerais de 208, em Santa Catarina 126, no Ceará 124, na Bahia de 173 e São Paulo 243 deputados. Um total de 1.152.

No que se refere à experiência anterior ao Legislativo estadual, o primeiro cargo foi considerado de modo abrangente. Com objetivo de detectar experiências que contribuiriam para projeção e notoriedade, e que facilitariam o exercício parlamentar, foram contabilizadas atividades associativas, sindicais, partidárias e militância estudantil. A militância estudantil configura participação em grêmios, centros acadêmicos (Centro Acadêmico XI de Agosto em São Paulo, Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua no Ceará, entre outros), União Nacional dos Estudantes, participação em greves estudantis – entendidos como o primeiro momento de exercício de liderança, oratória, entre outros. As atividades associativas incluem a participação nas mais diversas associações, como as esportivas, profissionais, artísticas, intelectuais etc. A participação em campanhas políticas, por exemplo, pró-Democratização, para entrada do Brasil na II Guerra, da legalidade e de candidatos eleitorais,

foram consideradas manifestação política/atividades partidárias, bem como fundar e participar de partidos. Por fim, a atuação em sindicatos também foi contabilizada.

3. A carreira dos deputados estaduais

A análise dos dados coletados revela trajetórias políticas dos 1.152 deputados estaduais que compõem a amostra. O conjunto inclui políticos de destaque no cenário nacional, como os ex-presidentes João Goulart (RS) e Jânio Quadros (SP), os primeiros-ministros Tancredo Neves (MG) e Francisco Brochado da Rocha (RS), ministros de Estado e governadores (Leonel Brizola-RS e Rondon Pacheco-MG). Cabe destacar a baixíssima representatividade feminina nesse período, com apenas 9 deputadas eleitas (0,78% do total), mesmo considerando a inclusão dos suplentes. A seguir, investigamos a hipótese de que a maioria dos deputados teria iniciado sua carreira política no Legislativo estadual.

Para testar a primeira hipótese, foram analisados os cargos ocupados previamente pelos parlamentares. Os resultados, apresentados na Tabela 2, demonstram que, para a maioria dos deputados, a Assembleia Legislativa não foi a primeira experiência política, especialmente em Santa Catarina e São Paulo. Dessa forma, a hipótese 1 não se confirma, indicando que a maioria dos deputados já havia exercido algum tipo de atividade política antes de ingressar no parlamento estadual.

9 Cada Constituição estabeleceu o número dos legisladores estaduais; em alguns casos, o número aumentou acompanhando o crescimento populacional. Em 1947, o texto definiu 32 deputados em Goiás; 55 no Rio Grande do Sul; 72 em Minas Gerais e aumentou para 74 em 1959; em Santa Catarina ocorreram aumentos na maioria das legislaturas – começou com 37 e terminou com 41; 45 no Ceará, também aumentando para 55 em 1959; 60 vagas na Bahia; e em São Paulo se iniciou com 75, e na última legislatura aumentou para 91 deputados.

Tabela 2– Experiência anterior à eleição na Assembleia

UF	Políticos com experiência política	Políticos sem nenhuma experiência
Santa Catarina	76 %	24 %
São Paulo	75 %	25 %
Minas Gerais	69 %	31 %
Goiás	69 %	31 %
Rio Grande do Sul	66 %	34 %
Ceará	65 %	35 %
Bahia	65 %	35 %

Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

Apesar de a maioria dos deputados possuir experiência política prévia, observa-se também um número significativo de novatos: o que sugere abertura no sistema político. Esse dado revela um baixo grau de profissionalização da política, à época evidenciado pela ausência de etapas obrigatórias ou trajetórias pré-definidas para a candidatura ao Legislativo estadual. Vale destacar as diferenças entre os estados: Santa Catarina e São Paulo apresentavam os políticos mais experientes, enquanto Ceará e Bahia demonstravam maior acessibilidade para novos legisladores.

A comparação entre os índices de parlamentares iniciantes na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas estaduais revela uma maior abertura para novatos no âmbito estadual. Enquanto na Câmara dos Deputados, entre 1946 e 1966, a proporção de deputados sem experiência política prévia oscilava entre 29,3% e 31,3%, na

maioria dos estados analisados esse índice supera 31%. As exceções ficam por conta de Santa Catarina (24%) e São Paulo (25%), que apresentam os menores índices de iniciantes. Em contrapartida, Bahia e Ceará destacam-se com os maiores percentuais de novatos, atingindo 35% em cada estado.

É preciso destacar que esta pesquisa adota uma abordagem metodológica mais abrangente do que a utilizada por Marengo dos Santos para definir a “experiência política”. Considerou-se qualquer atividade que tenha contribuído para a formação política, a projeção pública ou o desenvolvimento de habilidades e confiança necessárias à atuação política. Assim, a experiência prévia inclui a participação em cargos partidários, campanhas políticas, militância estudantil, sindical e associativa. Mesmo com essa definição ampliada, os deputados estaduais apresentam índices de inexperiência maiores do que os deputados federais.

Dado que a maioria tinha experiência política, cumpre investigar a natureza dos cargos prévios para testar a hipótese 2. Com esse objetivo, classificou-se a primeira atividade política segundo o âmbito municipal¹⁰, estadual e federal. Além desses cargos, também foram consideradas as atividades associativa, partidária, sindical e militância estudantil, para as quais não foi possível precisar o nível territorial. Ressalta-se que o cargo de funcionário público, em qualquer nível, não foi considerado uma atividade política, mesmo quando a ocupação decorreu de indicação política sem concurso público.

10 Foi possível confirmar a passagem pelo âmbito municipal apenas nos cargos de vereador e suplente de vereador, prefeito nomeado ou eleito, subprefeito, vice-prefeito, secretário municipal. Outros cargos seriam: assessor ou procurador da prefeitura ou procurador municipal; representante ou secretário da prefeitura; oficial de gabinete do prefeito; cargo no Departamento de Assistência aos Municípios do Estado; chefe do Departamento de Assistência aos Municípios; advogado da prefeitura; advogado do gabinete do prefeito; inspetor das Municipalidades; Secretário da Comarca Municipal

tidárias (14%). Minas Gerais destacou-se pelo maior índice de experiência municipal (43%), complementado por uma significativa participação em cargos estaduais (37%) e atuação partidária (10%). Em Goiás, o padrão diferiu, com igual relevância para as entradas nos âmbitos municipal e estadual (39% cada), além de uma expressiva participação partidária (16%). Já o Rio Grande do Sul, com um menor índice de políticos experientes (66%), apresentou uma base local significativa (37%), acompanhada de entradas expressivas no âmbito estadual (36%) e uma presença destacada em atividades partidárias (14%) e associativas (8%).

Gráfico de barras empilhadas mostrando a participação em atividades cívicas e políticas por estado brasileiro. O eixo Y representa a porcentagem (0% a 60%). O eixo X mostra os estados: RS, SC, GO, SP, MG, CE e BA. As barras são coloridas por tipo de atividade: associativa (azul), partidária (laranja), sindical (cinza), estudantil (amarelo), cargo municipal (azul claro), cargo estadual (verde) e cargo federal (azul escuro).

Estado	Atividade associativa	Atividade partidária	Atividade sindical	Militância estudantil	Cargo municipal	Cargo estadual	Cargo federal
RS	8%	14%	2%	2%	37%	36%	1%
SC	3%	24%	1%	9%	38%	25%	0%
GO	1%	16%	1%	4%	39%	39%	0%
SP	17%	14%	4%	7%	36%	22%	0%
MG	2%	10%	3%	5%	43%	37%	0%
CE	8%	7%	0%	10%	38%	36%	0%
BA	8%	3%	0%	7%	32%	49%	0%

Os Legislativos do Ceará e da Bahia destacaram-se como os mais receptivos a deputados sem trajetória política prévia, com 35% em ambos os casos. O Ceará seguiu padrões similares aos das demais Assembleias estaduais: entre os 75% de parlamentares experientes, a maioria ingressou na política por meio do âmbito municipal (38%), seguido do estadual (36%), com o maior índice de participação em movimentos estudantis

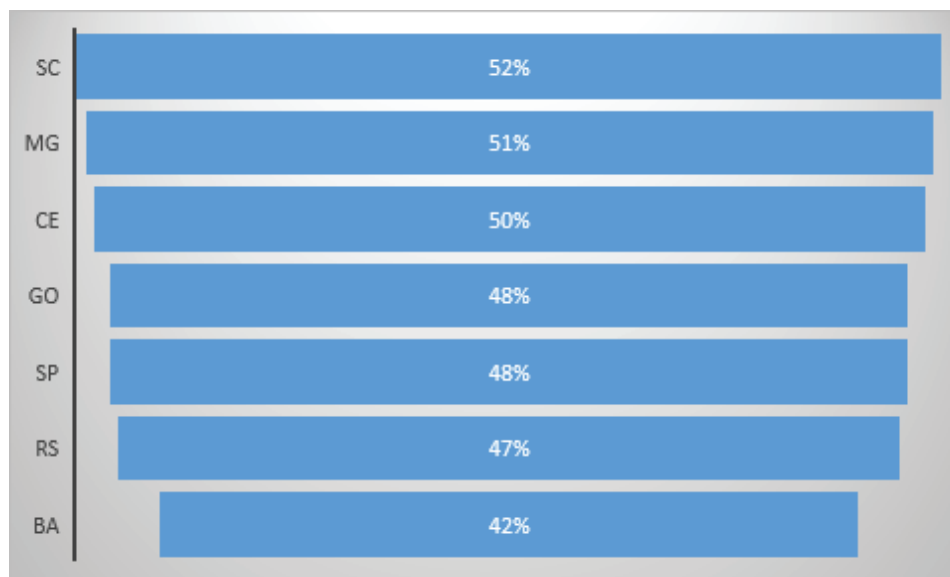
Apesar da preponderância dos municípios como lócus da iniciação política, os cargos estaduais – deputado, secretário estadual ou governador – também desempenham um

papel expressivo, especialmente na Bahia. Em São Paulo, destaca-se o elevado número de deputados com histórico de associativismo, o que sugere uma bancada engajada em causas sociais. Já em Santa Catarina, observa-se uma intensa atividade partidária entre os parlamentares, enquanto no Ceará é marcante a militância estudantil. Outro aspecto é a entrada prévia no âmbito federal por parte dos deputados do Rio Grande do Sul,

São Paulo e Minas Gerais, revelando bancadas mais versáteis e articuladas.

Para corroborar a confirmação da hipótese 2, foi analisada a trajetória dos indivíduos em cargos municipais antes de sua ascensão à Assembleia. Ao contabilizar os postos anteriores ocupados, observa-se uma presença significativa de cargos municipais, especialmente em Santa Catarina e Minas Gerais, como ilustrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Porcentagem de indivíduos em cargos de âmbito municipal



Fonte: elaboração própria a partir de várias fontes.

Os dados confirmam a relevância dos municípios em Minas Gerais e Santa Catarina, onde a experiência municipal foi uma trajetória compartilhada por pelo menos metade dos parlamentares. Em contrapartida, na Bahia, esses cargos tiveram menor peso relativo em comparação aos demais estados, com um índice de 42%, ainda significativo, de ingresso por meio do âmbito municipal. Nesse sentido, o exercício de

cargos e o aprendizado político em nível municipal revelam-se essenciais em todos os estados analisados, configurando-se como um passo fundamental na carreira política. Os resultados da pesquisa destacam a importância do âmbito municipal como espaço de formação e recrutamento de elites políticas nos estados brasileiros.

Considerações finais

Esta pesquisa contribui para preencher a lacuna de estudos sobre os Legislativos estaduais brasileiros, oferecendo uma perspectiva comparada das trajetórias políticas no período de 1947 a 1964. A análise longitudinal dos cargos pregressos permitiu identificar as principais rotas de acesso às Assembleias estaduais, destacando a preponderância da experiência municipal e também outro percurso através dos cargos estaduais.

Os resultados indicam que, ao contrário de uma trajetória linear partindo do local, regional ao federal, há significativa permeabilidade nos Parlamentos estadual e federal, permitindo a entrada de novatos. Essa característica reflete as configurações do sistema político brasileiro, em que não havia inúmeras etapas prévias ao Parlamento. Mesmo diante das diversidades regionais, os Legislativos exibem um padrão de comportamento político compartilhado em todo o país, de abertura aos novatos na política.

O estudo evidencia que o âmbito municipal desempenha um papel central na formação e no recrutamento político aos Legislativos estaduais. Em estados como Santa Catarina e Minas Gerais, essa experiência é particularmente relevante como etapa inicial e fundamental para as carreiras políticas. No entanto, a Bahia apresentou menor participação municipal relativa, embora os cargos municipais ainda desempenhem número expressivo na trajetória política local.

Além disso, a análise revelou dinâmicas regionais distintas que contribuem para a compreensão das trajetórias políticas. O associativismo em São Paulo, a militância estudantil no Ceará e a intensa atividade partidária em Santa Catarina ilustram especificidades locais que moldam as formas de mobilização e as carreiras parlamenta-

res. Nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, a entrada prévia no âmbito federal destaca bancadas mais experientes e articuladas, aptas a transitar por diferentes esferas de poder.

A pesquisa confirma a importância do aprendizado político em nível municipal como passo inicial para a formação de elites políticas estaduais. No entanto, essas trajetórias não são homogêneas entre os estados, ressaltando a necessidade de considerar as peculiaridades regionais na análise da política brasileira.

A análise comparativa entre os estados contribui para um entendimento mais matizado das dinâmicas do federalismo brasileiro e dos processos de recrutamento político. Os resultados reforçam a importância de investigar a política nacional a partir da perspectiva das unidades federativas, permitindo a construção de modelos interpretativos mais adequados que contemplem a diversidade e a complexidade da política no Brasil.

Referências

- ANASTASIA, F.; CORREA, I.; NUNES, F. Caminhos, veredas e atalhos: Legislativos estaduais e trajetórias políticas. Em: **O LEGISLATIVO BRASILEIRO: FUNCIONAMENTO, COMPOSIÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA**. Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social. Brasília: Meneguello, Rachel, 2012. p. 95-122.
- ANASTASIA, F.; INÁCIO, M. Democracia, Poder Legislativo, interesses e capacidades 1. **Cadernos ASLEGIS**, p. 33-54, 2011.
- ARRUDA, L. R. V. DE; KERBAUY, S. T. M. Estudos sobre Elites Políticas e Poder Local. **Revista Política Hoje**, v. 25, n. 1, p. 11-40, 30 mar. 2016.
- ARRUDA, L. R. V. AS DINASTIAS POLÍTICAS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (1947-1963) 1. **Revista NEP -Núcleo de Estudos**

Paranaenses, Curitiba, v. 7, n. 2, 1 jan. 2021.

BOHN, S. R.; PAIVA, D. Avolatilidade eleitoral nos estados sistema partidário e democracia no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, p. 187–208, jun. 2009.

BORCHERT, J. *Ambition and Opportunity in Federal Systems: The Political Sociology of Political Career Patterns in Brazil, Germany, and the United States*. (APSA 2009 Toronto Meeting, Ed.) Toronto: 2009.

BORCHERT, J.; STOLZ, K. German political careers: The state level as an arena in its Own Right? *Regional and Federal Studies*, v. 21, n. 2, p. 205–222, 2011b.

BORDIGNON, R. D. R. Recrutamento e modalidades de entrada na carreira política: candidatos aos cargos legislativos no Rio Grande do Sul (1998 – 2006). *Política & Sociedade*, v. 16, n. 35, p. 351, 2017.

BRAGA, S. S.; NICOLÁS, M. A. Prosopografia a partir da Web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. *Rev. Sociol. Polít.*, v. 16, p. 107–130, 2008.

CAMPOS, F. I.; DUARTE, A. T. *O Legislativo em Goiás*. Goiânia: Editora Assembleia, 2011.

CARREIRÃO, Y. DE S.; PERONDI, E. Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1999–2006). v. 24, 2009.

CARVALHO, J. M. DE. Estudos de Poder Local no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos.*, v. 25, n. 25, p. 232–244, 1968.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, v. 40, n. 2, 1997.

CASTRO, M. M. M.; ANASTASIA, F.; NUNES, F. Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais Brasileiros. *Dados*, v. 52, n. 4, p. 961–1001, 2009.

CERVI, E. U. Produção legislativa e conexão eleitoral na assembleia legislativa do estado do Paraná.

Revista de Sociologia e Política, v. 17, p. 159–177, fev. 2009.

CORRÊA, F. S. *O que fazer para sobreviver politicamente? Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil*. Tese de doutorado—Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

COTTA, MAURIZIO.; BEST, HEINRICH. Parliamentary representatives from early democratization to the age of consolidated democracy: national variations and international convergence in a long-term perspective. Em: *Democratic Representation in Europe: Diversity, Change, and Convergence*. [s.l.] Oxford University Press, 2007. p. 1–26.

FELISBINO, R. DE A.; KERBAUY, M. T. M. Deputados estaduais e democracia: valores políticos das elites parlamentares paulista e paranaense. *OPI-NIÃO PÚBLICA*, v. 19, n. 01, p. 154–167, 2013.

FUKS, M. Más notícias: a cobertura do Jornal Estado de Minas e a imagem pública da assembleia legislativa de Minas Gerais (1999–2003). *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, p. 257–276, jun. 2010.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, p. 165–208, 2012.

GRILL, I. G. Processos, Condicionantes e Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande Do Sul E No Maranhão. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 16, 2008.

HEINZ, F. (ORG.). *O Parlamento em Tempos Interessantes*. v. III, p. 108, 2005.

LEAL, V. NUNES. *Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MELO, C. R. Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras. *Opinio Publica*, v. 21, n. 2, p. 365–392, 2015.

NETO, J. V. G. “Se você é jovem ainda”: análise sobre os candidatos jovens nas eleições proporcionais de 2018 no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 30, p. e009, 18 jul. 2022.

NUNES, F. What is more efficient to obtain par-

- liamentary support ? The Executive- Legislative relationship in 12 State Assemblies. p. 1–22, 2009.
- PERISSINOTTO, R. Por que é importante estudar elites? *Perspectivas*, v. 53, p. 137–158, 2019.
- QUEIROZ, M. I. P. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.
- REIS, E. T. DOS; GRILL, I. G. LETRADOS E VOTADOS: LÓGICAS CRUZADAS DO ENGAJAMENTO POLÍTICO NO BRASIL. *Tomo*, p. 127–168, 2008.
- REIS, E. T. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. *cadernos pagu*, v. 43, 2014.
- ROCHA, C. V. “Conexão Eleitoral”, geografia do voto e produção legislativa: um estudo de caso. *Cadernos Metrópole*, v. 23, p. 581–604, 12 maio 2021.
- ROCHA, M. M.; COSTA, A. Percepções dos deputados estaduais sobre o sistema de comissões das Assembleias Estaduais brasileiras. *OPINIÃO PÚBLICA*, v. 18, n. n° 2, p. 278–308, 2012.
- SANTOS, A. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- SANTOS, F. *Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*. FGV Editora,, 2001.
- SANTOS, F. Poder de atração, complexidade institucional e processo decisório: análise comparada de Assembleias Legislativas no Brasil. Em: *O LEGISLATIVO BRASILEIRO: FUNCIONAMENTO, COMPOSIÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA*. Brasília: [s.n.]. p. 123–156.
- SCHLESINGER, J. A. *Ambition and Politics: Political Careers in United States*. Chicago: Rand McNally & Company, 1966.
- SEMENOVA, E.; EDINGER, M.; BEST, H. *Parliamentary elites in central and Eastern Europe: Recruitment and representation*. [s.l: s.n.].
- SILAME, T. R. Diálogos sobre o “ultrapresidencialismo” estadual: dos condicionantes políticos do sucesso legislativo dos governadores brasileiros. Tese de doutorado—Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- STOLZ, K.; LINHART, E. *Territorial variation in territorial representation: the local base of Westminster MPs*. *British Politics*, 2022.
- TOMIO, F.; RICCI, P. A conexão eleitoral no contexto das assembleias legislativas estaduais brasileiras : mito ou realidade ? *Lasa 2009 Congress of Latin American Studies Association*, v. Rio de Jan, p. 1–21, 2009.
- TOMIO, F.; RICCI, P. O governo estadual na experiência política Brasileira: Os desempenhos legislativos das assembleias estaduais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 41, p. 193–217, 2012.

RESUMO

Compreender a trajetória até um cargo estadual é estratégico para revelar as dinâmicas políticas de cada estado, assim como a rota de progressão aos principais postos nacionais. Como alguém se tornou um parlamentar estadual? Com objetivo de elucidar esse percurso, foram estudados 1.152 deputados de sete estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Goiás) durante quatro legislaturas (1947-1963). A análise longitudinal dos cargos pregressos revelou preponderância do âmbito municipal, e sobretudo distintos padrões entre os estados emergiram. Considerar a política da perspectiva das unidades federadas constitui-se um modelo interpretativo a fim de propiciar um entendimento mais adequado da política nacional, revelando peculiaridades regionais. Também acrescenta aos debates sobre regionalismo, federalismo e política comparada.

PALAVRAS-CHAVE

Carreira parlamentar. Deputados estaduais. Política estadual. Política comparada.

ABSTRACT

Understanding the path to regional office is strategic for revealing the political dynamics of each state, as well as the progression trajectory to the main national posts. How does one become a state parliamentarian? In order to elucidate this path, we studied 1,152 deputies from seven Brazilian states (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Ceará and Goiás) during four legislative terms (1947-1963). The longitudinal analysis of previous posts revealed a preponderance at municipal level, but different patterns emerged among the states. Considering politics from the perspective of the federated units is an interpretative model to provide a more adequate understanding of national politics, revealing regional peculiarities and adding to the debates on regionalism, federalism and comparative politics.

Keywords

Parliamentary career. State deputies. Sub-national politics. Comparative politics.

Recebido em: 27/01/2025

Aprovado em: 22/04/2025